



C

INEMAS
EM
PORTUGUÊS

MOÇAMBIQUE | AUTO E HETEROPERCEÇÕES

JORGE SEABRA
COORDENAÇÃO

CINEMA MOÇAMBICANO

PATRIMÓNIO FÍLMICO DE MOÇAMBIQUE

Djalma Luiz Félix Lourenço

Director do Instituto Nacional de Audiovisual e Cinema (INAC)

1. Introdução

Segundo Convents (2011)¹, a produção de cinema em território moçambicano, remonta dos finais dos anos 40, quando o filho do dono do cinema Gil Vicente começa a realizar filmes. Mas na verdade, só “em 1951 é que as autoridades coloniais autorizam, em Lourenço Marques, a construção dum laboratório cinematográfico para filmes de 16 e 35 milímetros”.

Neste período, os cineastas amadores marcam a sua presença e produzem dezenas de curtas-metragens, situando-se mais ou menos nessa época, a produção das “actualidades de Angola e de Moçambique, sendo seu principal objectivo levar a Portugal, o conhecimento das imagens das então colónias ultramarinas.”²

Nos anos 50 e 60, José Cardoso (1930-2013) torna-se uma referência obrigatória na produção do cinema moçambicano. Na segunda metade

¹ Guido Convents (n. 1956), é historiador e antropólogo independente. É um reconhecido especialista em cinema não-ocidental. Embora especializado na História do cinema mudo na Bélgica, é autor de diversas obras sobre cinema africano em geral, e cinema colonial em particular. Desde 1980, publica estudos sobre o cinema na África Central e Austral (Congo, Ruanda, Burundi e Moçambique). Em 1966 fundou, em colaboração com Guido Huysmans, o Afrika Filmfestival em Leuven (Bélgica).

² *Idem*

da década 60 e primeira metade de 70, assiste-se a um importante registo de filmes sobre a Luta Armada de Libertação Nacional (por jugoslavos, suecos, chineses, italianos, cubanos entre tantos outros) muitos dos quais até hoje em arquivos fora de Moçambique.

Na década de 80 e 90, cineastas como Camilo de Sousa, Isabel Noronha, Gabriel Mondlane, Licínio de Azevedo, Sol de Carvalho, Chico Carneiro, Fátima Albuquerque, Pedro Pimenta e Luís Simão, entre outros, constituem a nata de produtores e realizadores moçambicanos, forjados naquilo que se pode considerar como sendo a “escola prática do INC”³. De 1990 a 2000, assiste-se ao surgimento de um novo grupo (alguns dos quais forjados em finais de 80), um grupo intermédio, ao qual se pode considerar como sendo a segunda geração de cineastas moçambicanos. Aqui, apontam-se as figuras de João Ribeiro, Orlando Mesquita e Nordine Daude. Estes juntam-se aos primeiros, num ambiente já de *per si* pouco favorável à produção. Com efeito, o INC parou a sua linha de produção por razões que abordaremos nos capítulos seguintes. Os produtores e realizadores vêem-se entregues a uma situação de quase total abandono, o que os obrigou a procurarem alternativas de sobrevivência, dependendo muitas vezes de produções *bad-boc* solicitadas principalmente pelas ONGs estrangeiras a operarem no país, ou de co-produções igualmente do exterior.

De 2000 a esta parte, regista-se um *boom* no surgimento de novos talentos na produção audiovisual e cinematográfica. A qualidade ain-

³ Ao apostar na produção do jornal de actualidades *Kuxa Kanema*, Moçambique assistiu à vinda de conceituados cineastas internacionais como Rui Guerra, Mourilo Sales e Vera Zaverucha (Brasil), Glen Hodging e Ophera Hallis (Canadá), Margarette Dickson e Polly Gaster (Britânicos), San Tiago Alvarez e José Galinho (Cubanos), Jean Rouch e Jean-Luc Godard (França) e Maria de Lurdes Turcato, Eurico Ferreira e Fernando Silva (Portugal), entre outros, que na prática, produzindo dia e noite, iam formando em exercício cineastas moçambicanos. Segundo Castigo Uamusse (técnico do INAC desde 1976), a média de produção semanal chegou a 8 edições de *Kuxa Kanemas* (média de 15 minutos cada), que eram exibidos em todas as salas de cinema do país, antes da exibição do filme de cartaz e em todos os distritos do país através do Cinema Móvel.

da não é das melhores. Mas a vontade de produzir é tão grande, que nem as dificuldades materiais, técnicas ou financeiras afecta a euforia do momento. Por detrás deste movimento, podem estar, o sucesso alcançado pela gesta dos cineastas nacionais em festivais internacionais, a organização regular de pequenos cursos de cinema pela Amocine, pelo Dockanema ou ainda pelo Kugoma, pela ECA|UEM⁴ e pelo ISarC⁵ e o surgimento, embora em pequena escala, de certas oportunidades de produção de filmes documentários, a exemplo da 1ª Edição do DOCTV CPLP em 2009. Na lista desta terceira geração, apontam-se os nomes de Pipas Forjaz, Mickei Fonseca, Karl Sousa, Aldino Languana, Júlio Silva, Natércia Xicane, Lionel Moulinho e mais recentemente, Diovargildio Chauque, António Machaieie, Inadelson Cossa e Vasconcelos Tchapo. São realizadores que surpreendem a cada dia com novas produções, algumas das quais inspiradas na cultura e em histórias e contos tradicionais do povo moçambicano.

Contudo, os materiais depositados na cinemateca moçambicana, não têm como referência inicial os produzidos a partir da década de 40. Com efeito, falar sobre o património fílmico de Moçambique, é falar de um espólio cinematográfico de cerca de 70 anos (1921-1991) englobando materiais desde a década 20 aos nossos dias.

Ao longo desta abordagem, falaremos de aspectos como a criação do INAC, o projecto de conservação e preservação de filmes, os apoios da UNESCO, os apoios do IPAD e da Cinemateca Portuguesa e o Projecto de Digitalização e a filiação do INAC na Federação Internacional de Arquivo de Filmes – FIAF.

⁴ ECA|UEM – Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, criada justamente para preencher uma lacuna na formação superior virada às artes e cultura.

⁵ ISarC – Instituto Superior de Arte e Cultura. Outra instituição que nasce para preencher o vazio no ensino e aprendizagem das artes e cultura, e que introduziu numa fase experimental, um curso virado ao audiovisual e cinema.

2. Criação do Instituto Nacional de Audiovisual e Cinema – Cinemateca de Moçambique

O primeiro órgão oficial do Cinema criado depois da Independência de Moçambique, foi o Instituto Nacional de Cinema – INC (criado pela Portaria nº 57/76 de 4 de Março de 1976)⁶.

De acordo com aquele dispositivo legal, “considerando a conveniência de se proceder à extinção do Serviço Nacional de Cinema e criar, em sua substituição, o Instituto Nacional de Cinema; Os Ministros da Informação, das Finanças e de Estado na Presidência, usando da competência que lhes é conferida pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 7/75, de 1 de Agosto, determinam:

O Serviço Nacional de Cinema passa a constituir o Instituto Nacional de Cinema (I.N.C.), na dependência do Ministério da Informação.

Mantém-se o pessoal constante do quadro III anexo à Portaria nº 119/75, de 22 de Novembro, que passa a designar-se por «Quadro de pessoal do Instituto Nacional de Cinema», extinguindo-se o lugar de chefe de serviço e criando-se os de director e de director-adjunto, (...).

Ao Instituto Nacional de Cinema compete fundamentalmente controlar e orientar a produção de filmes e *video-tapes*, e definir a política de importação e exportação, bem como de distribuição e exibição cinematográfica”.

Portanto, ao INC, na sua qualidade de órgão do aparelho do Estado, cabia, ainda, as responsabilidades de definir a política de utilização do cinema conforme a linha política do Partido.

⁶ De acordo com o nº 4 da Portaria 57/76 de 04 de Março, a gestão do INC competia a um conselho administrativo a nomear pelo Ministro da Informação. A distribuição do pessoal do quadro era feita por ordem de serviço do director pelos sectores Administrativo; Produção e Distribuição. A mesma portaria, previa ainda na alínea 3 do nº 5, que por despacho do Ministro da Informação, sob proposta do director, poderá ser contratado pessoal técnico, nacional ou estrangeiro, para prestar serviço no INC e a ser remunerado por fundo próprio. Foi assim que efectivamente, se assistiu à vinda de muitos estrangeiros que trabalharam em Moçambique na área de Produção do INC, o que garantiu a formação em exercício dos primeiros cineastas moçambicanos.

Segundo Guido Convents, a criação deste órgão logo no primeiro ano da independência, pode ter a seguinte explicação:

O envolvimento pessoal da liderança: “O Presidente Samora Machel está consciente do poder das imagens (...)”; e

A vontade política: “com a independência e o governo da FRELIMO, a frequência das salas de cinema é mais do que nunca, vista com um olhar político”.

Assim, “entre os instrumentos visando preparar e informar a população (...), estão a educação escolar, a comunicação social em geral e o cinema em particular”. Com efeito, “o governo desenvolve uma política cinematográfica para a sua população (...), e o cinema torna-se numa pedra angular da propaganda e da comunicação do Estado”.

Consequentemente, nasce o famoso jornal de actualidades *Kuxa Kanema*⁷, cujo espólio atinge hoje cerca de 390 séries dos cerca de 394 produzidos no período de 1976/77 (*Kuxa Kanema* experimental) até aproximadamente 1986, altura em que o Presidente Samora Machel morre no trágico acidente aéreo de Mbusini.

A produção do *Kuxa Kanema*, foi em si uma escola de formação em exercício, onde os moçambicanos aprenderam a fazer cinema, fazendo o próprio cinema, ao lado de grandes figuras do cinema internacional.

Contra todas as expectativas possíveis, em 1991, regista-se um incêndio de grandes proporções no INC. O incêndio atinge todo o sector de produção, destruindo assim, todo o laboratório e equipamentos de produção existentes, bem como todas as fitas que estavam no

⁷ Falando da origem do nome *Kuxa Kanema*, Luis Carlos Patraquim, afirma num texto sobre a origem do termo *Kuxa Kanema*, “com a cinefilia a bater na cabeça, mais as preocupações culturais e ideológicas da altura (...) Quem não lembra a importância do «nascimento de uma Nação (...)»? *Kuxa Kanema*, mais ou menos notação livre de um termo ronga/changane (Kuxa) a significar surgir, nascer, e (Kanema), que se inventou ou se disse ser variação local, nortenha e zambeziana, para dizer Cinema, colocava-se na primeira linha de escolha: porque reunia a ideia que animava o INC inicial, a fazer nascer o Cinema Moçambicano; porque se impunha pela sua sonoridade e combinação feliz (...) O nome viria a ter a popularidade que todos conhecemos e vira sinónimo de cinema em Moçambique”.



Jean-Luc Godard, cineasta francês em serviço no INC (anos 80) em conversa com os funcionários, acompanhado do malgrado Matola (director do INC)

circuito de distribuição. Foi o golpe final, de uma grande máquina de produção cinematográfica, que já apresentava um momento de certa letargia, caracterizado por um total abandono e falta de financiamento à produção, outrora estimulada. As causas do incêndio mal foram investigadas. E como acontece em quase todos os casos semelhantes, o curto-circuito foi a causa mais provável do fatídico sinistro. Não houve vítimas humanas. Mas os estragos foram incomensuráveis: foi-se todo o sector de produção, o laboratório com todas as suas máquinas. Tudo ficou em cinzas, e do mesmo modo ficaram todas as fitas que estavam em circulação naquela semana de trabalho.

Perante este colapso evidente do sector da produção, bem como da destruição de parte do material de exibição, aliado ao facto de já nessa altura estar-se a assistir a uma mudança conjuntural do sistema político⁸ que afectou sobremaneira o ambiente de produção e com

⁸ Com a morte do Presidente Samora Machel em 1986 e a ascensão de Joaquim Chissano ao Poder, assiste-se em Moçambique a uma viragem do sistema político, com uma maior abertura à economia do mercado, contra o sistema centralizado vigente no regime socialista, desde a Independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975.

ele o da distribuição e exibição, mais não restava ao INC, senão virar as atenções para a conservação e preservação do material salvo do fatídico incêndio.

3. Projecto de preservação e conservação de filmes

De acordo com Fernanda Coelho (2011), o conceito Preservar, engloba todas as acções pertinentes à perpetuação de uma obra audiovisual, incluindo os trabalhos de formar acervo, documentar, conservar e difundir (dar acesso).

Conservar tem a ver com as acções técnicas destinadas a manter a integridade físico-química do objeto audiovisual com vista a perpetuar a sua reprodutibilidade – desde a duplicação (para qualquer formato) até à projecção.

Com efeito, em Moçambique, o projecto de preservação e conservação de filmes, nasce da necessidade de, entre outros:

Garantir a sobrevivência do único registo audiovisual e oficial existente (existem vários outros arquivos – TVs, Produtoras, Fundações, Arquivos individuais, entre outros), da história da construção de Moçambique pós-independência;

Reunir todo o espólio cinematográfico sobre a Luta de Libertação Nacional espalhados pelo mundo; e

Educar as novas gerações através da imagem em movimento depositados na cinemateca.

Estas premissas, aliadas a aspectos acima referidos, constituíam de uma forma conjugada, factores endógenos que representavam momentos críticos que importava corrigir. Foi montada uma comissão multisectorial de trabalho para avaliar a situação. Entre várias recomendações da comissão, os resultados aconselharam à privatização das casas de cinema e a redução da força de trabalho por via de indemnizações ou de aposentadoria. Outra recomendação, apontava para a criação de uma instituição adaptada ao crescimento do sector audiovisual e

cinema na esfera mundial. Uma instituição que se adequasse às exigências da economia de mercado. Um Instituto de Cinema à altura do crescimento das novas tecnologias de informação e comunicação.

É assim que, o Governo cria a 31 de Outubro, através do Decreto nº 41/2000, o Instituto Nacional de Audiovisual e Cinema, abreviadamente designado por INAC, instituição que responde igualmente pela Cinemateca.

Tal como o diz Ray Edmondson (2013), infelizmente, a maior parte dos arquivos atua em condições que deixam muito a desejar. A questão se reduz a ganhar tempo, ou seja, fazer o melhor possível com os meios disponíveis e procurar melhorar as instalações no futuro. Factores como infiltração de água pelo teto, janelas quebradas, (...) sistemas de detecção e extinção de incêndios, são aspectos importantes.



Este é o primeiro piso das instalações do INAC (ex INC). As paredes retratam o estado em que ficaram as instalações após o incêndio de 1991.

A partir dela, se pode imaginar o edifício inteiro que desde essa altura, só viria a beneficiar-se de uma reabilitação de raiz em 2009. Foram 18 anos de infiltração das águas pluviais pelas paredes, destruindo todo o sistema eléctrico e de canalização, o mobiliário, o equipamento e todos os outros bens patrimoniais



O tecto e as paredes do arquivo de filmes também sofreram com a infiltração das águas pluviais durante quase duas décadas, o que obriga a instituição a constantes trabalhos de reabilitação.

4. Apoios da Suécia e da UNESCO

Quando se fez a primeira avaliação do estado de conservação do material depositado nos arquivos da cinemateca, foi pouco depois do ano de 2005. Na altura, era quase impossível entrar nos arquivos, que no conjunto das duas salas, ocupa uma área de cerca de 138 m².

Na voz do senhor Castigo Uamusse, o técnico mais antigo ao serviço da Cinemateca de Moçambique, os filmes produzidos naquela época, não tinham um tratamento adequado de arquivo. Parte deles, era conservado num armazém situado no Cinema Charlot (pertença do INC, tal como todos os outros cinemas nacionalizados) e outra parte num compartimento das instalações do INC. Ambos os lugares, não dispunham de condições de frio e de humidade relativa controlados. Mais tarde beneficiaram de simples aparelhos de ar condicionado domésticos. Assim, exposto a este cenário de degradação geral das condições de armazenamento e a prolongada suspensão dos cuidados activos que lhe são devidos, ao fazer-se uma avaliação (em 2005) do seu estado físico, o acervo fílmico⁹ apresentava a seguinte situação:

⁹ Previsões feitas na altura, apontavam para um acervo de cerca de 25.500 latas de diversos filmes tanto em negativo como positivo, em 16 e 35mm.



Estado de deterioração de uma caixa metálica de filme, contendo uma fita em avançado estado de decomposição acética (também conhecido por síndrome do vinagre).

- Cerca de 15% do acervo irreversivelmente degradado;
- Cerca de 55% afectado por decomposição acética avançada; e
- Cerca de 30% do acervo não estava ainda afectado ou estava afectado por decomposição acética ainda em estado inicial.

Em face disso, o INAC desdobrou-se em esforços com vista a obtenção de apoios para alterar as condições de conservação em que os filmes se encontravam. Foram elaborados ofícios às Embaixadas e a várias empresas de diversos ramos. Foram feitas algumas diligências que resultaram em audiências tanto ao nível de instituições do Aparelho de Estado como privadas. Foi assim que surgiu a Embaixada da Suécia que compreendeu a aflição do INAC e a importância histórica de um arquivo audiovisual para um país. Ela disponibilizou de imediato um fundo (cerca de 17.500 Usd), o qual, por intermédio da UNESCO, serviu para apoiar o INAC num projecto que incluiu a montagem de equipamentos de frio, de desumidificação e de detecção de incêndios. Os resultados foram positivos mas porém muito aquém do desejado. Foi montado o primeiro sistema detector de incêndios



Ar condicionados domésticos retirados após uso. Devido ao grande esforço das máquinas e ao funcionamento contínuo durante todo o dia, as mesmas não resistiam por muito tempo (um e meio a dois anos no máximo)



Parede frontal dos Arquivos, podendo ver-se na parte superior, cinco janelas já tapadas, onde se encontravam fixados os ar condicionados (domésticos).

e os primeiros extintores. Quanto aos aparelhos de frio, por razões várias, sendo a principal o financeiro, não foi possível adquirir mais do que simples ar condicionados domésticos, usados habitualmente em apartamentos comuns.

5. Apoios do IPAD e da Cinemateca Portuguesa

Embora a intervenção da UNESCO tivesse representado um grande avanço na melhoria das condições do arquivo, um desconforto assinalável ainda se vivia na instituição, porque na verdade, os resultados ainda não correspondiam aos padrões mínimos exigidos nesta matéria. Por conseguinte, aceleraram-se os contactos com outros potenciais parceiros.

É assim que, em 2008/9, entra a Cinemateca Portuguesa que através dos fundos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento-IPAD, interviu durante cerca de dois anos na Cinemateca de Moçambique. Tal só foi possível, depois da assinatura de um protocolo rubricado entre o director da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, I.P

– CP-MC e o Instituto Nacional de Audiovisual e Cinema – INAC, que responde directamente pela Cinemateca de Moçambique.

O referido protocolo, considerava que:

Ao nível do Património e Acção Cultural, o Governo de Moçambique considera prioritária a identificação, registo e preservação de obras, valores e colecções representativas do património cultural e natural dos moçambicanos;

No Programa indicativo de Cooperação Portugal/Moçambique 2007 – 2009, a Cultura e o Património Cultural são consideradas áreas-chave para o desenvolvimento sustentável;

No INAC existe um importante acervo de filmes produzidos em Moçambique nas últimas décadas do período colonial, e nas primeiras décadas após a Independência, cuja salvaguarda dependerá da aplicação de medidas de conservação variadas, nas quais se incluem acções imediatas e acções estruturais, de longo alcance;

Entre as medidas imediatas, há que proceder à identificação técnica detalhada, ao reacondicionamento e à classificação dos materiais fílmicos que integram este espólio, assim como ao planeamento das medidas de carácter estrutural que serão indispensáveis para garantir a sua conservação e valorização ao longo prazo; e

A CP-MC tem “Know-how” e competência em todas as matérias especializadas relacionadas com a conservação e restauro dos materiais fílmicos.

O IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) financiou com um montante máximo de 114.710,00 (cento e catorze mil, setecentos e dez euros) para a implementação do Projecto de “Apoio ao Arquivo Cinematográfico de Moçambique”. Esta intervenção, centrou-se basicamente em quatro áreas a saber: i) a limpeza das películas negativas e positivas; ii) a avaliação do seu estado de conservação; iii) a substituição das caixas metálicas por caixas de plástico; e iv) a catalogação dos filmes.



Caixas metálicas contendo fitas de 35mm no arquivo de filmes da Cinemateca de Moçambique.



Sr. Castigo, acompanhado de um técnico português da CP—MC, no manuseamento de filmes depositados em caixas metálicas. Nuno Ventura e Miguel Azevedo, foram os técnicos que trabalharam na Cinemateca de Moçambique no âmbito do projecto de Apoio ao Arquivo Cinematográfico.

6. Resultados da intervenção

A duração do Projecto, foi de 22 meses e meio (15/2/2008 a 31/12/2009). Neste período, realizaram-se operações de identificação e reacondicionamento dos materiais, obedecendo à seguinte prioridade: i) jornal de actualidades *Kuxa Kanema*; ii) restante produção moçambicana pós-independência; e iii) acervo da época colonial e produção estrangeira. Por esta via, realizaram-se trabalhos de bobinagem, identificação (incluindo a actualização contínua da base de dados informática) e reacondicionamento dos materiais do espólio.

A substituição das latas ou caixas de cartão por caixas plásticas novas, a substituição de todas as cópias síncronas em 35mm e muitas das de 16mm, a bobinagem de todos os materiais identificados e a separação e isolamento físico dos materiais em estado de degradação extremo considerados lixo, dos restantes, foram actividades contínuas durante todo o período que durou o projecto.

Esta intervenção permitiu igualmente, o aprofundamento e solidificação da formação em paralelo, de todos os agentes de serviço na área da cinemateca.

De acordo com o relatório final do projecto¹⁰, a intervenção na Cinemateca produziu os seguintes resultados sobre o acervo:

- A existência de cerca de 23.000 latas de um total de 25.500 estimadas no início do projecto;
- Processados 15.300 materiais, correspondentes a cerca de 19.500 latas;
- Um intervalo de 70 anos entre a obra mais antiga (1921) e a mais recente (1991) do acervo, com grande concentração dos materiais entre 1960 e 1975 (actualidades portuguesas e estrangeiras) e de 1980 a 1986 (*Kuxa Kanema* e outras produções do então INC);
- Um total acumulado de 4149 obras, das quais 773 obras singulares, 150 *trailers* e 3226 números de 54 séries de actualidades com uma distribuição bastante desproporcional entre obras moçambicanas (580) e estrangeiras (3569);

A distribuição dos materiais por três proveniências distintas (Moçambique, Portugal e Mundo), que em pormenor permitiram obter os seguintes dados:

Moçambique – 580 obras, das quais:

- 185 obras singulares;
- 1 *trailer*;
- 394 números de uma única série de actualidades (KK);
- Portugal – 1968 obras, das quais:
 - 313 obras singulares (incluindo PUB);
 - 5 *trailers*;
 - 1650 números de um total de 22 séries de actualidades;
- Mundo – 1601 obras, das quais:

¹⁰ Relatório elaborado aos 23/11/2009 (atinentes às actividades de apoio ao arquivo cinematográfico de Moçambique), por Nuno Ventura Barbosa, agente de cooperação em serviço na Cinemateca de Moçambique ao abrigo do Protocolo assinado entre a CP-MC e o INAC.



As fitas já se encontram todas conservadas em caixas plásticas e devidamente arrumadas em prateleiras do arquivo da Cinemateca.

- 275 obras singulares;
- 144 *trailers*;
- 1182 números de um total de 31 séries de actualidades.

Em termos de conservação, estima-se que cerca de 15% do material é irrecuperável, sendo que, a maioria destes é anterior à independência. O resto do material, continua a clamar por um tratamento permanente e cada vez mais cuidado de conservação, pois o seu estado assim o exige. Tal intervenção é um imperativo sem o qual, correm-se sérios riscos de se perder por completo, num futuro não muito distante, parte considerável do espólio depositado nos arquivos da cinemateca.

7. Digitalização e filiação na FIAF

Numa das suas abordagens, Edmondson afirma que, em função da inevitável degradação dos suportes e da irresistível alteração dos formatos, os conteúdos sonoros e visuais sobrevivem e permanecem acessíveis apenas graças a procedimentos de migração, isto é, cópia ou transferência de um suporte para o outro.

É assim que dois anos depois do início do projecto de Apoio ao Arquivo Cinematográfico, iniciava-se com a digitalização de filmes (de arquivo). Os primeiros filmes foram digitalizados na República da

África do Sul em 2010¹¹. No ano seguinte experimentámos os serviços da Tobis Portuguesa (agora FilmDrehtzich), empresa com quem temos vindo a trabalhar em face da qualidade final do trabalho. Pouco tempo depois, mais instituições se interessaram em apoiar o nosso projecto de digitalização. Nasce deste modo uma parceria envolvendo o INAC, a Universidade de Bayreuth (Alemanha), a Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) e o ICMA (Instituto Cultural Moçambique Alemanha), e financiado pela Embaixada da Alemanha em Moçambique. O projecto de digitalização, permitiu um maior acesso dos utentes ao arquivo.

De acordo com a FIAF: Acervo aberto para consulta: condição para que um arquivo seja aceite como membro da Federação. Moçambique tornou-se membro da Federação Internacional de Arquivos Fílmicos – FIAF, no decorrer do 68º Congresso realizado em Beijing em 2012, com um apoio fundamental das Cinematecas portuguesa e brasileira.

Neste momento a Cinemateca conta com uma módica quantidade de filmes de arquivo digitalizados (158, dos quais 65 *Kuxa Kanemas* e 04 filmes de ficção e restantes dos arquivos da Televisão de Moçambique - TVM), os quais se encontram disponíveis ao público em geral, aos investigadores, docentes e estudantes. Com o KUGOMA¹², foi efectuado o primeiro *tour* guiado pela Cinemateca – Museu de Cinema (pretende-se que no futuro a Cinemateca seja também um Museu), cujos resultados foram bastante aplaudidos pelos jovens e crianças das escolas abrangidas.

8. Desafios

Como urgente, José Manuel Costa, defende entre outras, a necessidade de se realizarem operações complementares de preservação sob pena de se perder muito mais, tais como:

¹¹ Os primeiros 5 filmes digitalizados (RSA) foram: *Estas São as Armas; Samora Vive; Ofensiva; Um Povo Nunca Morre; e, 25 de Junho a Festa 10 Anos Depois.*

¹² KUGOMA – Fórum de Cinema de Curta Metragem.

- Gestão do arquivo com base num verdadeiro “Know-how” de arquivo cinematográfico;
- Preservação do acervo a partir da identificação técnica como base indispensável para que se possa otimizar o esforço:
 - Documentação
 - Catalogação
 - Contextualização

Todavia, outros desafios se alistem num vasto conjunto de acções permanentes com vista a melhorar sempre, e cada vez mais as condições de conservação e as actividades de preservação, a saber:

A formação de pessoal que permita a constituição de um grupo de trabalho que assegure as rotinas arquivísticas e que vá aumentando a sua especialização à medida do crescimento do arquivo;

O planeamento de infraestruturas considerando os limites do edifício existente (em curso projecto de construção de uma cinemateca de raiz);

A melhoria contínua das condições de conservação, que segundo Pereira Lopes e Sílvia Marques (2012), a sala adequada para armazenar os filmes não deve conter janelas e seu ambiente deve ser controlado diariamente, mantendo-se a temperatura entre 15 e 18 graus e a humidade do ar em torno de 50% no máximo;



Os ar condicionados domésticos foram substituídos por dois aparelhos cujas características se podem ver na imagem acima.



Compressores dos novos aparelhos de frio montados no arquivo da Cinemateca de Moçambique.



Os equipamentos modernos de frio, já permitem o alcance de temperaturas recomendadas para a conservação de películas (13,3°C). O desafio agora prende-se com a humidade que continua alta (65%).



Exibição de filmes ao ar livre, durante o VII Festival Nacional de Cultura (Nampula 2012).



Exibição de filmes de arquivo a alunos do EP1 (Escola Primária do 1º Grau), na sala de cinema do Instituto Nacional de Audiovisual e Cinema – INAC.

A realização de acções de divulgação e animação pública que aumentem a percepção do valor do acervo e das imensas potencialidades de utilização local (suporte de investigação académica, divulgação da história de Moçambique a novas gerações, incentivo à produção audiovisual à base de imagens de arquivo.

Com efeito, o acesso permanente é o objectivo da preservação. Sem ele, a preservação não teria sentido, a não ser como um fim em si mesma (Edmondson, 2013). “A difusão, completa o ciclo das actividades do arquivo. Preserva-se para que “todos” possam ver” (Henry Longlois e Ernest Lindgren).

No mesmo espírito, a UNESCO, defende que “o acesso às obras e fontes de informação que constituem as imagens em movimento reunidas, preservadas e conservadas por arquivos públicos ou privados sem finalidade lucrativa deveria ser facilitado o máximo possível”. E como o afirma Fernanda Coelho, é justamente neste processo de difusão, que a “nossa acção determina o que o futuro vai ser”.

Bibliografia

- EDMONDSON, Ray: *Filosofia e princípios da arquivística audiovisual*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Preservação Audiovisual/Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2013. 224 p.: il. ; 23 cm.
- CONVENTS, Guido. *Os Moçambicanos Perante o Cinema e o Audiovisual*. Afrika Filmfestival, Leuvensebaan, 323, 3220 Holsbeek – Belgique, 2011. 677 p. (guido.huymans@skynet.be).
- INAC, Criação e Progresso. *Revista Kuxa Kanema* – quadrimestral 1ª Edição (Junho de 2009).
- PEREIRA LOPES, José Maria; MARQUES, Silvia: *Apostila – Oficina de Conservação e Restauro de Filmes*. Governo do estado de São Paulo, Secretaria da Cultura, Museu da Imagem e do Som e TV Cultura. (oficina de Restauro de Filmes – José Maria Pereira Lopes <zemaria@tvcultura.com.br>).
- COELHO, Fernanda. *Conservação de Acervos Audiovisuais*. Fundação Bunge, Jornada Cultural, Agosto 2011. | Consult. 8 de Março de 2015 | Disponível em WWW: fundacaobunge.org.br/uploads/documentos/apresentação_conservaçãp_de.
- BOLETIM DA REPÚBLICA*. Publicação Oficial da República Popular de Moçambique, I Série – Número 26, Quinta-feira, 4 de Março de 1976.